

# INTERSECÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE ESPORTES: FUNCIONAMENTOS DA HETERONORMATIVIDADE NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO CFP/UFRB

Taislane Nunes Santana<sup>1</sup>; Dr. Ana Cristina Nascimento Givigi<sup>1</sup>

*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*  
*tataynunys@hotmail.com*

## Resumo

Este artigo é resultado parcial de pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cujo objetivo é cartografar a relação entre gênero, sexualidade, ancestralidade e o desenvolvimento de práticas esportivas na formação em Educação Física, no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB). Contudo, até o presente momento apenas \*xs professorxs foram entrevistadxs e estamos em realização das entrevistas com estudiantxs. Buscamos compreender como xs docentxs intervêm nesse contexto, se suas metodologias são pensadas para a desarticulação dos arranjos de biocódigos do sistema binário que sustentam os discursos heteronormativos que circulam no curso e, posteriormente, analisaremos como xs discentxs se posicionam frente a tais discursos. Como as práticas fundadas na heterossexualidade compulsória se conformam durante as práticas esportivas onde a interação entre os gêneros e a múltipla sexualidade se apresenta de maneira intensa? Como as tecnologias do esporte incidem sobre a cultura corporal já construída pelo saber pretérito e circulante nos fazeres diários destxs discentxs? Até aqui elegemos o nome social para a pessoa transgênero como disparador para a captura de discursos docentxs que serão cartografados aqui para pensa-los articulados às pedagogias de gênero desenvolvidas na formação. A conclusão posterior pretende servir à produção de conhecimento para a Educação Física e qualificar pedagogias que fabricam gêneros no exercício da formação. Pretende-se também o incentivo à promoção de pedagogias mais engendradas na cultura local, que por sua vez, incitem xs docentxs a relacionar gênero/ sexualidade/esporte e ancestralidade nas reflexões sobre cultura corporal.

**Palavras-chave:** gênero e sexualidade, esporte, ancestralidade, Educação Física.

## Introdução

Esse artigo nasce a partir da crescente inquietação das pesquisadoras – bolsista e orientadora - do projeto PIBIC “Gêneros e sexualidades *nordestinos*, biocolonialidade e o espaço político do

---

\* (X) é utilizado para se referir aos gêneros.

esporte: cartografias da formação no curso de Educação Física da UFRB” em cartografar o contexto e as relações entre gênero, sexualidade, ancestralidade e o esporte na formação em Educação Física no Centro de Formação de Professores. Nossxs sujeitxs são docentxs e discentxs do curso, cujos discursos nos apontam as práticas pedagógicas que fabricam sujeitos no ensino superior em Educação Física.

Este não é um movimento de pesquisa isolado. Justifica-se na constante demanda durante o exercício da docência nas escolas, onde ‘gênero e sexualidade’ são privilegiadamente discutidos na Educação Física e Ciências, exigindo a qualificação dxs professorxs. Também são observadas práticas de silenciamento – durante os estágios obrigatórios – das ações genereificantes e de inferiorização de práticas corporais locais, ligadas ao exercício da memória ancestral que imprime ‘jeitos no corpo’. Ao não serem problematizadas estas questões na formação dx professxr em Educação Física, elas são apagadas, mas nem por isso deixam de fabricar corpos. Por outro lado, é notório que os grupos de pesquisa em gênero e sexualidade vem crescendo nas universidades públicas (85% deles aí estão) do Brasil, e no Nordeste situam-se 27,3% destes grupos, superados somente pela região Sudeste que abarca 38,7% deles (FACCHINI, DANILIAUSKAS, PILON, 2013)<sup>2</sup>. Suely Messeder (2011) catalogou 285 grupos de pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnologia (CNPq) com o descritor ‘sexualidade’, o que demonstra a ampliação em relação às décadas anteriores. Na Educação Física podemos destacar a movimentação do debate em gênero no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE)<sup>3</sup>, o mais importante da área, que resultou na criação, em 2013, do Grupo de Trabalho (GT) em Gênero. Em 2015 aconteceu a primeira edição do GT e a segunda acontecerá este ano.

Na UFRB, no curso de educação física, as marcações sobre a importância desta temática se fazem ver pelo oferecimento semestral de algum componente optativo citamos: 2011. 1, Corpo, sexualidade e heteronormatividade: meios e modos para (re)pensar a educação e a diversidade sexual ; 2013.1, 2013.2, 2015.2, Corpo, gênero e sexualidade na Educação Física escolar ; 2011.1, Sexualidade e Educação. Também pode-se falar do Componente Curricular Optativo “Gênero, Sexualidade e política”<sup>4</sup>, cujos matriculados eram 50% do curso de educação física e dos projetos

---

<sup>2</sup> Seguem a Região Sul (18,3%), Centro-oeste (9,4%) e Norte (6,3%).

<sup>3</sup> Acontecerá o XX CONBRACE em Goiânia, neste ano corrente (2017).

<sup>4</sup> Componentes Curriculares Optativos não representam, muitas vezes, uma conversão do Projeto Pedagógico à importância da temática. Podem ser justificados por interesses específicos de grupos de pesquisa, passíveis ou não de generalização curricular e de adoção política pelo curso. Não há nenhum componente obrigatório no curso e a

de pesquisa e extensão vinculados ao curso e/ou com bolsistas do curso. Os projetos de pesquisa e/ou extensão listados em seguida estão vinculados ao CFP, mas são diretamente ligados ao Colegiado de Educação Física, seja pelos bolsistas serem do curso e/ou tratarem diretamente do curso e seu exercício profissional: Projeto PIBIC 2014-2015: Resistências e estratégias às regulações da sexualidade: Cartografia de uma equipe de esportistas de Amargosa; Projeto PIBIC 2016-2017 “Gêneros e sexualidades *nordestinos*, biocolonialidade e o espaço político do esporte: cartografias da formação no curso de Educação Física da UFRB”; Projeto PIBIC 2017-2018 “Formação em Educação Física: da natureza às marcas (des)construtivas de gênero, sexualidade e ancestralidade”; Projeto de pesquisa 2011- Atual - Gênero e Sexualidade na Educação Física escolar: notas sobre o Vale do Jiquiriçá/BA; Projeto PIBIC 2015-2016 – 2014- Atual - Políticas públicas de inclusão social e transversalidade de gênero: ênfases, tensões e desafios atuais; Projeto de Extensão 2011- Atual - Cultura Corporal em Debate; Projeto de Extensão Múltiplas Sexualidades: Grupo de Ação e Formação Múltiplas Sexualidades Sociedade-Educação – 2012-2016; Projeto de Extensão 2012- atual - Futsal Feminino em Amargosa/BA: rompendo fronteiras de gênero.

Temos visto crescer as intervenções de pesquisa e extensão no nosso curso na UFRB, o que pode indicar ou não uma envergadura política coletiva do Projeto Político Pedagógico. Podemos somente afirmar que há uma preocupação de alguns em problematizar o corpo, gênero e a sexualidade e sua relação com as construções locais-regionais – e de entender estas como produções ancestrais - de modo que se evidenciem as relações políticas que sujeitam as vidas, bem como as resistências que daí são produzidas. Neste sentido, Albuquerque Júnior (2009) nos traz uma peculiar explicação sobre o nordeste e a cultura corporal, pensando o nordestino como uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo deste século, bem como seu repertório de gênero, o que constitui formas singulares de fabricar culturalmente este corpo. Para ele, os discursos múltiplos e demandados pela política produzem figuras de cruzamentos entre uma identidade regional e uma identidade de gênero, que também são operações discursivas em respostas estético-políticas ao desenvolvimento local. Teríamos assim que nos dedicar a cartografar as operações que segregam, excluem e afirmam a cultura corporal e seus signos para compreender o gênero e sexualidade e as relações de poder que os conformam. Partindo disso, compreendemos que cada movimento é resultante de forças que circulam para

---

pesquisa até o final constatará em que medida há transversalidade destes temas na construção de componentes obrigatórios.

produzir sujeitos: não se exclui disso a formação em Educação Física que, por demanda política, se relaciona com privilégio às questões de gênero e sexualidade na educação escolar. Assim, ser professorx no Nordeste é também movimentar pedagogias que fabricam sujeitxs nordestinxs.

Contudo, entender as continuidades e descontinuidades desta fabricação é ver o corpo como potencia que torna possível a incorporação de significações e individualidades que engendram-se o tempo todo na formação local. Não se pode falar de Nordeste sem que se problematize como gênero e raça constituem o aparato sexo colonial que normaliza o gênero (PRECIADO in Entrevista a CARILLO, 2010). Assim, há uma distribuição política de sofisticadas tecnologias que diferem contextos e suas significações, delimitando os corpos e suas diferenciações, que são nomeadas binariamente nestes contextos e a eles servem politicamente (PRECIADO, 2014). O esporte seria um contexto em que modelos de gênero e sexualidade se articulam para significar simetrias, potencias e medidas que “universalizam” práticas singulares, restringindo-as e desapropriando práticas da cultura corporal e, por conseguinte, abandonando histórias que são significadas pela memória ancestral e contextualizadas num corpo afro ameríndio nordestino.

Reconhecer a ancestralidade como categoria analítica (articulada aqui a gênero e sexualidade) que se move na cultura corporal nos permitiria compreender territórios múltiplos em que as significações se articulam confrontando um modelo único que se impõe a outros nos permitindo um espaço poroso de organizar memórias, signos e resistências. Por outro lado, é perfeitamente possível não reduzir esta experiência corporal local a modelos de verdade, mas entendê-la como aberta a múltiplos sentidos não unificáveis (OLIVEIRA, 2007).

## **Metodologia**

Entendemos que, na formação de professorxs de Educação Física, estão em movimento cada vez mais tecnologias de gênero de caráter ambíguo que, ora se articulam para a manutenção da heterossexualidade compulsória, mas que são atravessadas pela resistência. Deste modo, estão em ascensão as diversas manifestações das múltiplas sexualidades e das relações que fogem do sistema de biocódigos políticos do sistema binário de controles de corpos.

A produção do gênero e suas tecnologias vão cada vez mais se evidenciando pedagogicamente nas práticas esportivas (DORNELLES, 2016). A evidência desloca as naturalizações de gênero e inquieta-nos a compreender os velhos e novos arranjos e a Educação Física. Propusemo-nos assim a realizar uma cartografia

da formação, por meio das relações de forças instauradas entre professorxs e discentxs. Até aqui havíamos terminado as entrevistas propostas a professorxs.

Para realização de nossa cartografia utilizamos procedimentos cruzados e mistos no intuito de estabelecer os paradoxos de um plano de forças: realizamos entrevistas semiestruturadas e gravadas com professorxs<sup>5</sup> do Centro, entrevistas essas que foram transcritas e serão utilizadas para análise. Essxs professorxs, que constituem 45% do curso, foram selecionados a partir das disciplinas que lecionam, consideradas centrais quando se pensa em formação sócio-política e metodológica dxs discentxs, pois tem impacto direto nas suas atuações escolares e supostamente impactam mais diretamente sobre nosso objetivo de pesquisa. Dessa maneira, foram escolhidxs xs docentxs que ministram as disciplinas de Gênero e Sexualidade, Esportes coletivos I e II, Metodologia I e II e Africanidades. Já com xs alunxs, utilizamos primeiramente da aplicação de um questionário, para selecionar a partir de diferentes marcadores – gênero, identidade sexual, regionalidade, raça e etnia - pessoas com diversidade de opiniões e experiências, até por entender a multiplicidade cultural tanto no Centro quanto no curso em questão. É ainda parte de nossa metodologia, a realização de entrevista coletiva com sete dessxs estudantes, quando através de um debate mediado por nós, identificaremos as visões dxs entrevistadxs.

O esforço para analisar e visibilizar a linha de pensamento dos corpos falantes dessa pesquisa será descrito nos tópicos desse artigo, dando ênfase aos modos de construção dos discursos heteronormativos. As análises dos discursos foram feitas a partir de dispositivos que se consolidam por meio de arranjos políticos que são engendrados por teias discursivas e movem os poderes locais. Assim, destes dispositivos alguns intercessores foram destacados para problematizar a relação de forças.

## **Discussão e resultados**

### **O nome social da pessoa transgênero na visão docente**

O nome social é uma conquista recente e é aquele pelo qual o indivíduo deseja ser atendido, ou seja, aquele que o identifica, independente do seu nome de registro civil, livrando-o, assim, de situações constrangedoras e vexatórias (SILVEIRA,2013). Mas, para além disso, ele aparece em nossa pesquisa como um importante intercessor sócio-político, que representa o avanço reflexivo e

---

<sup>5</sup> Até aqui não tínhamos ainda acabado a pesquisa PIBIC, deste modo, selecionamos parte do material colhido para escrever este artigo, o que lhe dá o caráter de exercício de escrita para a bolsista. Até o final de agosto teremos acabado toda pesquisa e daí analisaremos todo material.

de militância na comunidade acadêmica, incluindo aqui as pessoas que constroem sua identidade sexual e política e que, encontram no coletivo e nos estudos recentes, força e amparo para se conhecer e se constituir enquanto cidadãx ativx e, ao mesmo tempo, evidencia os limites e paradoxos das definições de identidade. Porém, também representa a crescente disputa de poder dentro e fora do âmbito acadêmico, disputa essa que muitas vezes é velada pelos discursos de igualdade e tolerância de cunho liberal, que xs reconhece para classifica-lxs nas políticas públicas.

Houve uma grande luta no Centro de Formação de Professores pelo reconhecimento do nome social enquanto direito dxs discentes, quando foi aprovado pelo Conselho Acadêmico (CONAC), tornando obrigatório o uso do nome social no âmbito acadêmico por aqueles que assim desejarem, em todos os documentos de registro acadêmico, exceto o Diploma que ainda é regulado por normas externas. O CONAC realizou debate em uma de suas reuniões ouvindo representantes do Núcleo Capitu e discentes transgeneros para a construção desta posição política. Assim, na ocasião, foi interpretado e considerado por muitxs de outros fóruns, tanto de alunxs quanto de professorxs, como desnecessário e até um absurdo. Contudo, o debate no CONAC reconheceu a necessidade política da medida.

Não é por causa da regulação em um fórum importante que o uso do nome social deixa de incomodar. A falta de informação e de interesse por parte das pessoas, faz com que haja estranhamento e dúvidas da razão de existir o nome social e sua importância para as pessoas transexuais principalmente. Não podemos deixar também de citar as dificuldades encontradas pelxs transgenerxs para concretizar a Resolução, seja pela resistência de funcionárixs, professorxs e colegas, seja pela ausência de instrumentos institucionais mais definidos nas bibliotecas, matrículas, etc. que, obviamente, resultam da objeção política, preconceito, dentre outros.

Dessa maneira, Silveira nos traz a diferença entre gênero e sexo, e a importância do nome social para os transgêneros:

(...) importa salientar que gênero é o comportamento de cada indivíduo frente à sociedade, conforme sua interpretação cultural do sexo, enquanto que sexo se refere ao padrão biológico binário feminino ou masculino. Entretanto, a adequação da imagem corporal ao gênero de identificação não é suficiente para que o indivíduo seja reconhecido como tal. A incongruência entre a imagem corporal representada pelo gênero de identificação e o nome que o indivíduo apresenta nos seus documentos também causa sérios constrangimentos e

embaraços aos sujeitos transgêneros. (...) (SILVEIRA, 2013)

A aprovação pelo CONAC da Resolução gerou visibilidade e muitos debates acerca do tema, trazendo discussões e evidenciando linhas de pensamento conservadoras, retornando a pensamentos antigos que têm sido superados através de muitas lutas. Mas cabe aqui:

(...) considerar que a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, art. 58, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, abre a possibilidade para que as pessoas que possuem orientação de gênero travesti e/ou transexual, masculino ou feminino possam utilizar, ao lado do nome e prenome, um nome social que não os coloque em situação de constrangimento público. (...) (SILVEIRA, 2013)

Analisar esses tipos de disputas em torno do nome social é de muita importância para o andamento da nossa pesquisa, porque o conflito estava em evidência na universidade quando da coleta de dados. Por isso, para produção desse artigo trouxemos o recorte dos nomes sociais (pois usamos isso como disparador de nossas entrevistas) estamos analisando como essa disputa se fez no curso de Educação Física, ou seja, como funcionam as tecnologias historicamente produzidas como verdade? Com isso, o nome social orientou as perguntas que fizemos aos entrevistados e as respostas serão analisadas através de uma abordagem qualitativa, a partir das duas entrevistas com o professor da disciplina de esportes coletivos I e II e de Gênero e Sexualidade, para observar como funcionam e se articulam as pedagogias de gênero e sexualidade nos arranjos políticos destas duas disciplinas. Outras entrevistas também foram realizadas, mas como dissemos anteriormente, ainda estamos em conclusão das análises.

Para entender como são produzidos os discursos dos nossos informantes, precisamos compreender a relação entre natureza e gênero, como essa associação é historicamente utilizada para moldar e controlar os corpos, as ações políticas da produção dos sujeitos, que é muito anterior à Educação Física. Muitas tecnologias de gênero normalizadas nos corpos têm sua historicidade política invisibilizada por um caráter natural. Com isso Preciado (2014, p. 23) nos diz:

É hora de deixar de estudar e de descrever o sexo como parte da história natural das sociedades humanas. A “história da humanidade” se beneficiaria se fosse rebatizada como “história das tecnologias”, sendo o sexo e o gênero dispositivos inscritos em um sistema tecnológico complexo. Essa “história das tecnologias” mostra que “a Natureza Humana” não é senão um efeito de negociação permanente das fronteiras entre humano e animal,

corpo e máquina (Donna Haraway, 1995), mas também entre órgão e plástico.

Na busca das relações no curso de Educação Física, os discursos docentes nos evidenciam as disputas colocadas para legitimação das lutas minoritárias pela identidade sexual. Essa disputa de poder, e sendo assim se coloca enquanto uma disputa política também, ao mesmo tempo é a causa e o resultado de micropolíticas e tecnologias de gênero circulantes em todo o Centro. Existe um discurso conservador centrado na heterossexualidade que tenta coibir e inviabilizar a construção de subjetividades que transcendem os “padrões”. Diz umx de nossas informantes, x professorx que ministra a disciplina de Gênero e Sexualidade no curso de Educação Física:

(...) pensando nas discussões de gênero e de sexualidade, o nome social ele publiciza, ele leva pro espaço público, pro espaço da sala de aula, pro espaço dos corredores, pro espaço de uma concorrência pra uma bolsa, a afirmação daquela política de gênero, daquela política de gênero que não é uma política biológica, é uma política social. Então eu acho que tem um lado importante para pensar que uma universidade dialoga com uma demanda de minoria, mas que por outro lado quando o nome social é ecoado e a gente sabe que há sujeitos na universidade que não se posicionam de forma distinta né?! Que querem que o mundo e que os modos da gente conceber o mundo sejam a partir, por exemplo, da biologia do corpo, quando esse nome social é ecoado e todos devem respeitar esse nome social na instituição, há uma política pode se dizer assim de afirmação, uma política de mostrar esse gênero mais como social do que como biológico, então vira uma disputa política, o nome social quando ele é ecoado publicamente e aquele sujeito tem que ser representado, respeitado e representado nos espaços por aquele nome que ele escolheu, faz uma disputa política nos espaços, e eu acho que promove em certa medida a pauta de gênero (INFORMANTE 1, 2017).

Essa fala nos mostra também a importância que o nome social traz ao ser ecoado e afirmado pelas minorias e, por isso, aceito pela instituição. O impacto dessa conquista na disputa política dentro do espaço acadêmico é visível, principalmente relacionado à resistência, que utiliza de argumentos biológicos para justificar sua posição de intolerância que advêm de um contrato social heterocentrado (PRECIADO, 2014). Essa disputa ecoou na formação em Educação Física e reverberou discursos nos corredores, de modo que acionou a norma e as produções de resistência. Entendemos que isto também faz funcionar currículo e formação. É importante lembrar que este componente ministrado pela Informante 1 é optativo e que, portanto, seu alcance é relativo.

O curso de Educação Física carrega em seu currículo disciplinas específicas que preparam xs discentxs para conteúdos básicos ministrados escola.

Dentre essas disciplinas se encontra a de Esportes coletivos I e II. No futsal, handebol, basquetebol e vôlei há interação ainda maior entre os gêneros, que ultrapassam as barreiras das práticas escolares. Então o reconhecimento do nome social e os ecos do debate sobre nome social, juntamente com a postura política dx profissional que trabalha com essa disciplina, evidencia e certamente interfere na forma que xs discentes se postam na sua atuação futura. Assim sendo, buscamos saber dx docentx que ministra essa disciplina, se elx conhecia o termo “nome social” e qual sua posição político-pedagógica relacionada a essa temática:

Eu acho que são de extrema importância né, uma vez que eu acredito que as pessoas se sintam melhor quando elas podem usar entre aspas, a identidade que ela escolhe né, a mudança desse nome em si eu acho que ela se sente melhor em qualquer ambiente desde que ela possa mudar o nome ou até o termo utilizado, atualmente essa questão de empoderamento né, então eu acho que propicia isso para as pessoas (INFORMANTE 2, 2017).

O professor afirma a importância do reconhecimento do nome social dentro da universidade, porém ao usar a palavra aspas para se referir ao nome, ele apresenta um destaque e coloca em questão a legitimação das identidades. Entendemos dessa forma que também há um desconhecimento real por parte não apenas dessx professorx, mas da maioria dxs docentxs do Centro, relacionado às questões de gênero e sexualidade e do que se trata de fato o nome social. Se o nome social não é tratado em relação com a legitimidade de uma identidade sexual como isso reverbera na formação discentx? Como professorxs e alunxs se comportarão ao presenciar qualquer tipo de desrespeito a essas pessoas?

Essas questões nos inquietam, saber que a radicalidade das transformações nas produções das identidades sexuais não são sempre objeto da preocupação dxs docentxs que, as vezes passam ao largo destas questões. O instrumento mais importante (ou um deles) na formação e produção dxs professorxs é o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Educação Física, que deixa muitas lacunas em sua construção referente a temáticas sociais. Se xs professorxs não constroem pedagogias para lidar com as sexualidades e disputas emergentes na universidade, imagine então para xs alunxs? Qual o reflexo dessa falta de conhecimento para a formação de ambos?

Analisando o PPP do curso e sua grade curricular, nos anima ver a preocupação na elaboração da mesma com relação as nossas necessidades específicas, desde o núcleo básico ao núcleo de estudos integrados. Nossa ressalva é em relação ao

núcleo das unidades temáticas e a falta de temas importantes na grade obrigatória relacionadas a gênero, sexualidade, raça e diferenças em geral, bem como a ausência na especificação das diretrizes de transversalidade, às quais deveriam estar submetidos estes temas. As disciplinas optativas do Centro possuem poucas horas e são oferecidas em sua maioria no mesmo horário, impedindo assim que xs alunxs cursem mais de uma no semestre. Entendemos que uma disciplina considerada optativa tenha o mesmo grau de importância que as demais do currículo, uma vez que se trata de uma política de desenvolvimento da autonomia/escolha na formação, então por que possuem uma carga horaria menor? Por que são oferecidas no mesmo horário se todas têm objetos de estudos diferentes e de igual importância para nossa formação?

Vendo e avaliando o PPC do curso de maneira geral, vemos avanços importantes para a área que, infelizmente, tornam-se ‘letra morta’ na execução do plano. Mas o que nos inquieta realmente é não haver políticas curriculares específicas, nem menções a temas sociais importantes como os citados acima, já que o próprio projeto ressalta a importância da valorização do contexto histórico-social para formação dos profissionais. Essa constatação para nós, mostra o desprezo e a atuação das estratégias e tecnologias de gênero que tentam minimizar e silenciar as discussões em todos os espaços de diálogo e na sistematização de saberes científicos em sua decorrência. Então o objetivo não seria formar profissionais críticos, mas sim distantes da realidade atual para serem meros reprodutores de conteúdos estáticos e fora do contexto social. E o resultado disso pode ser perpetuar cada vez mais a violência contra tudo e todxs que forem considerados “anormais”, que não se encaixam em modelo de sociedade capitalista, onde todxs que se rebelam são consideradxs ameaças eminentes em potencial.

O curso de Educação Física não possui em sua grade obrigatória disciplinas sobre gênero e sexualidade, como também não há obrigatoriedade em disciplinas ligadas a africanidades (mesmo tendo uma universidade de ampla maioria negra) e deficiências, como dissemos acima. Assim nos perguntamos como um curso que lida diretamente com a formação cidadã das crianças, jovens e inclusive adultos, mas acima de tudo, um curso que capacita pessoas para trabalhar com pessoas, não tem políticas diretas e diretrizes organizadoras de temas que estão evidentes e transcendentés a todo momento na escola? Porem compreendemos também que isso não é um mero acaso, ou falha do PPP do curso, isto pode indicar a opção política majoritária do curso, objeto de nossa próxima pesquisa PIBIC.

Mas como em toda regra existem exceções, a cultura não é homogênea, emergindo assim maneiras de praticar/construir/desafiar o gênero de formas variadas, as trajetórias culturais metaforizam a ordem dominante, impondo microrresistências, e gestando microdiferenças (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003).

Mesmo diante dessas tecnologias que atuam para manutenção da heteronormatividade dentro da universidade, também se admite o avanço para o reconhecimento das minorias a partir do momento em que a instituição aceita e dialoga com esse coletivo para a implantação no sistema acadêmico, dessa pauta que representa um ganho nessa disputa de poderes. Informante I:

(...) eles atendem à demanda de um coletivo de minoria né?! Então você pensar que a universidade que se coloca enquanto Estado acolhe, dialoga e potencializa uma demanda de uma minoria, então eu acho que isso faz com que essa minoria ao estar nesse espaço também se sinta representada por esse lugar, esse lugar, ele não é um lugar, não se coloca como um lugar alheio à essa minoria no momento em que uma pauta dessa minoria atravessa as práticas desse lugar. Então eu acho que a universidade que esse é o primeiro ponto. Que dialoga com uma pauta da minoria, de uma minoria social e isso é muito importante por que a universidade não pode estar alheio as demandas sociais e deve produzir práticas, deve produzir formação em diálogo com esse mundo que existe e não com o mundo idealizado né?! (INFORMANTE I, 2017)

Mais uma vez x professorx nos lembra a necessidade de existir uma formação, um diálogo com esse mundo que não pode estar a margem da sociedade, e menos ainda da universidade que é um espaço de formação e conhecimento.

### **Conclusões preliminares**

Assim, entendemos que falta preparação axs docentxs do curso de Educação Física no que tange a discussões de gênero e sexualidade, para dialogar com as demandas emergentes das minorias presentes nesse espaço, e isso reflete na formação. Ressalvando xs profissionais que se dedicam a estudar essa área de atuação por meio de coletivos mais específicos e buscam capacitação fora dos “muros acadêmicos” ou até mesmo as pessoas que se debruçam a observar situações que acontecem diariamente no CFP, pouca coisa temos. Também não há orientação política específica no Projeto Político Pedagógico. Se todxs xs docentxs não estiverem envolvidos numa política de formação adequada a interferir nas ações conservadoras e intransigentes ali existente, tornar-se-á muito difícil para xs demais buscar a reflexão dxs discentxs de suas ações e

suas construções enraizadas pela sociedade e constituídas enquanto “naturais”.

Nossa pesquisa até aqui nos mostra as fissuras dos discursos desenvolvidos e reguladores das disciplinas, mas nos indica que estão desarticulados de um Projeto Político Pedagógico de maior fôlego, mas que está em disputa. Neste sentido, o currículo é um espaço de permanente disputa e as ações pedagógicas nele previstas extrapolam os conteúdos e até mesmo à docência, vazando pelos corredores, batendo nos muros, produzindo outros ecos, como o fez o nome social. Basta saber se a resistência será agenciada para a construção de mecanismos divergentes e desestabilizadores da norma heterocentrada.

### **Referências**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Editora Catavento, 2003.

DORNELLES, Priscila. Sexualidades (in) inteligíveis no interior baiano: o trato pedagógico com o tema da diversidade sexual na Educação Física escolar in **Babado Acadêmico no Recôncavo Baiano, Universidade, Gênero e Sexualidade**. Salvador: Edufba, 2016.

FACCHINI, Regina. DANILIAUSKAS, Marcell. PILON, C. A. Dossiê: Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 161-193 <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/semic/article/view/11433>. Acessado em: 02/04/2017; às 20h:36min.

MESSEDER, Suely A. Apontamentos sobre sexualidade na terceira onda do Movimento LGBT: um breve olhar nos estudos sobre sexualidades na produção científica do Brasil. In SILVA, Antonio de Pádua Dias (org) **Literatura contemporânea e homoafetividade**. 1 ed. Joao Pessoa: UFPB, 2011, v 01, pág. 219-232.

OLIVEIRA, Eduardo. **Filosofia da Ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: Gráfica e Editora Popular, 2007.

PRECIADO, B. Entrevista a Jesús Carrillo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v.28, p. 375-405, 2007.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 edições, 2014.